



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 22

Sessão Ordinária de Setembro

3.ª Reunião de 12-10-2010

Aos doze dias do mês de Outubro de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Catarina Marques Rocha Barreto, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Anabela de Almeida Saraiva, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e Filipe Seíça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do Vogal: [u](#)Firmino Marques Ferreira

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira (chegou às 23:00 horas), Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso (chegou às 21:15 horas), Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes (chegou às 21:15 horas), José da Cruz Costa e José Manuel Gaspar Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião do vogal, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Anabela de Almeida Saraiva e Filipe Seíça Neves Barbado Guerra, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e David Paiva Martins, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira e Catarina Marques Rocha Barreto, respectivamente.

O Vogal António Manuel Santos Salavessa, apresentou escusa.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 2. – APROVAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE:

- a) BENEFICIAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA EN230-1, 1.ª FASE**
- b) CONSTRUÇÃO DO CAR-SURF DE SÃO JACINTO;**
- c) CENTROS EDUCATIVOS DE SÃO BERNARDO E SANTIAGO.**

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária pública de 16/09/2010, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Câmara delegou na Vereadora do pelouro, a apresentação do assunto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vereadora Ana Neves

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) [05](#)- Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores deputados.

Só por uma dúvida de metodologia: devemos referir-nos às três alíneas deste segundo ponto? Devermos seguir por aí?”

Presidente da Mesa:

“O sentido da Mesa será de uma discussão na globalidade, mas depois uma votação na especialidade.”

Vogal Filipe Guerra (PCP):

“Também creio que esse será o método mais correcto.

Temos portanto neste ponto três aspectos. Refiro-me primeiro à beneficiação e requalificação da estrada N230-1. Na opinião do PCP esta requalificação e beneficiação da mesma é positiva para o concelho. Traz um benefício óbvio para as populações da zona, para a indústria e comércio da zona, e por isso esta medida parece-nos bastante positiva e contará com o nosso apoio.

Contudo não podemos deixar de assinalar dois aspectos que carecem de alguma acuidade e alguma atenção por parte do Executivo da autarquia.

Parece-nos que seria importante e necessário que a autarquia comesse a desenvolver um trabalho no sentido de fazer um levantamento da situação da rede viária do Concelho de Aveiro.

Temos que, como já disse e ainda agora comecei por aí, valorizar esta requalificação e beneficiação feita nesta estrada, mas pensamos que haverá outras estradas igualmente importantes. Não vamos aqui discutir se mais ou menos, não vamos entrar em critérios qualitativos, mas cremos que há outras estradas que também carecem de rápidas beneficiações e requalificações. Apenas a título de exemplo, não querendo estabelecer qualquer tipo de prioridades, podemos dizer que a estrada que faz a ligação de Aveiro ao concelho de Águeda, atravessando as freguesias de Eixo e Requeixo, é um exemplo de uma estrada que carece com alguma urgência, visto estar a vir aí o Inverno, que se olhe com atenção para a sua situação.

Podemos ainda dar o exemplo de uma outra estrada com um cariz completamente diverso, mas que também merecerá atenção tão rapidamente quanto possível — refiro-me nomeadamente à Estrada Nacional 109, actualmente municipalizada.

Pensamos que estas são estradas tal como a que vai ter requalificação, N230-1, que merecem a atenção da autarquia, porque são estradas que de facto têm um peso importante para as populações das freguesias limítrofes do Concelho. São estradas com um cariz importante para o próprio desenvolvimento do comércio e da indústria das freguesias onde elas se situam. Portanto, em relação a esta beneficiação da 230-1, o PCP assinala isto: a medida é positiva, mas há que continuar um trabalho no sentido de recensear os problemas do Concelho ao nível viário, bem como trabalhar para a sua rápida solução.

Em relação à construção do CAR-Surf de São Jacinto. O nosso partido faz neste caso uma valorização diversa. Poderia e deveria ter interesse a construção deste equipamento; teria, objectivamente, vantagens para a prática e fluência do desporto no concelho — mas cremos que este investimento poderá representar uma precipitação. E cremos por vários motivos.

Antes de mais, e porque isto parece ser o essencial, é que pelas nossas contas (e corrijam-me se o PCP estiver errado) este investimento poderá acarretar uma verba, uma responsabilidade para a Câmara, na ordem dos novecentos mil euros, eventualmente um milhão de euro!?. E nós temos a concepção de que neste momento tal investimento neste equipamento ainda para mais não estando nós a falar de um desporto tão massificado quanto outros no nosso concelho, cremos que é duvidoso. Tão mais duvidoso se atendermos que, no nosso concelho, equipamentos desportivos tão importantes, utilizados diariamente por dezenas, centenas, de jovens atletas, se encontram numa situação à beira da ruptura. Cremos que não seria este o investimento prioritário!

Indo mais além na análise, podemos mesmo dizer que num concelho com os problemas que tem, numa Autarquia tão fortemente endividada, que enfim, se vai escusando também e aproveitando esse endividamento para não realizar obra, cremos que este não é um investimento prioritário e, portanto, não deve ser este o alfa e o ómega, o cerne da questão.

Avançando, em relação ao Centro Educativo de São Bernardo e Santiago. Em nossa opinião estas obras são positivas. Não há outra maneira de o dizer. E deve-se valorizar o que de melhor se faz. São importantes estas obras e devem significar um reforço das condições de estudo para as crianças, para os jovens estudantes, para os professores e para todo o pessoal auxiliar. Contudo, cremos que vale a pena assinalar - e haverá um Ponto para isso ainda nesta Assembleia... cremos que vale a pena assinalar esta medida por positiva que é. Parece não bater e não corresponder a outras medidas já tomadas pelo actual Executivo Autárquico, das quais esta mesma Assembleia Municipal foi cúmplice. Nomeadamente, quando se caminhou no sentido do encerramento de Escolas no nosso concelho. Nós da nossa parte não nos podemos dar por satisfeitos com o rumo seguido à época. Nós votámos contra tais medidas e continuamos a afirmar isso. De facto a Carta Educativa aprovada (corrijam-me se estiver errado) há cerca de quatro anos atrás, não posso precisar a data, é contraditória com a medida que agora se toma.

Mas não deixamos de assinalar a valorização do Parque Escolar do concelho.

Terminando e fazendo uma análise, ou requerendo que se faça a mesma análise que já se pediu a propósito da requalificação e beneficiação da estrada nacional 230-1, o PCP considera que neste momento e tendo em conta ao abandono a que se foi votando parte substancial do Parque Escolar de Aveiro, considera tal como é necessário, fazer um levantamento da situação viária do concelho – que também deverá ser feito rapidamente um levantamento do nosso Parque Escolar. Consideramos ainda que deve a Câmara Municipal procurar o investimento correcto neste campo. Deverá procurar seguir uma linha de trabalho de co-responsabilização do Estado Central que há tanto tempo a esta parte se vem alheando e desresponsabilizando pela educação dos jovens estudantes portugueses. Cremos que este é um trabalho necessário e que esperemos que se faça.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) [06](#) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Boa noite a todos. À partida não encontraríamos razões para votar contra duas das três propostas apresentadas neste ponto. Falo da requalificação da estrada nacional 230-1 e dos Centros Educativos de São Bernardo e Santiago. Já para a construção do Centro de Alto Rendimento de Surf em São Jacinto, não encontramos urgência nenhuma no contexto do que é a actual grave crise económica que assola as famílias portuguesas.

Perante o desemprego, fome, miséria, que não encontram resposta nenhuma nem do governo central, nem do poder local, este projecto é, na nossa opinião, pelo menos de adiar.

Na nossa opinião as urgências de hoje têm de ser outras. E prendem-se essencialmente com a criação de emprego e uma maior dinâmica e capacidade das políticas sociais. Os que estão a pagar esta crise são aqueles que não têm responsabilidade nenhuma nela.

E esses também dispensam bem a construção do CAR-Surf em São Jacinto.

Achamos que está na altura de estabelecer prioridades na forma como se gastam os dinheiros públicos. E essas prioridades devem ser, neste momento, de combate aos efeitos da crise económica.

A requalificação da estrada N230-1, como mero projecto, aprovaríamos, claro, por se tratar da requalificação de uma estrada que de facto necessita de ser requalificada. O que nós contestamos é o contexto em que esta se insere. E esse contexto é uma política de mobilidade que se concentra exclusivamente no automóvel.

Continuamos a pensar e insistiremos sempre que, o papel desta Câmara, no que se refere aos transportes colectivos tem sido um desastre. E por isso insistimos principalmente na inter-municipalidade da rede de transportes colectivos de Aveiro com o Município de Ílhavo, quando a Câmara nunca assumiu a sua posição natural de capital de distrito para que tal seja possível. Nunca foi divulgado nenhum princípio político para fomentar a inter-municipalidade dos transportes em Aveiro.

Relativamente a este projecto o Tribunal de Contas diz sim, mas que estas alterações devem ser postas à deliberação da Assembleia Municipal. Só que também diz que se deve anexar o respectivo contrato — algo que não aconteceu e que nós entendemos que diminui o papel e os poderes desta Assembleia Municipal. Não se está a facultar todas as ferramentas previstas pelo Tribunal! Muito Obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) [07](#) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sr. Presidente, Senhores deputados. Umhas breves palavras para dizer o seguinte: De facto, esta imposição feita pelo Tribunal de Contas afigura-se-nos legal. Aliás é com base na lei que o Tribunal de Contas impõe este visto e, portanto, a unanimidade que foi trazida da reunião da Câmara Municipal estou convidado fará eco nesta Assembleia. De todo o modo penso que são importantes duas ou três notas.

A primeira tem a ver com a beneficiação da estrada N230-1, primeira fase. Não se percebe é porque é que é só agora. Porque a alteração Orçamental implica que haja investimento e obra para o ano posterior!? E, portanto, não se percebe porque é que a obra não começou anteriormente.

Depois a construção do Centro de Alto Rendimento. É um projecto que ficou parado na gaveta — aliás, como tantos outros em São Jacinto.

Este Executivo, estando há cinco anos na Câmara, e agora com mais responsabilidades do ponto de vista da conjugação política já que São Jacinto também pertence agora à coligação, eu perguntava e reafirmava novamente as preocupações em relação a essa

freguesia nomeadamente, com a construção do hotel, do aparthotel, do porto de recreio, do porto de abrigo de pesca, da questão da feira, a questão do “Bar do Francês” que também é uma questão sensível – aliás, diga-se em abono da verdade a questão da marginal de São Jacinto, que em relação à questão do projecto está aparentemente resolvida porque o POLIS RIA veio felizmente acelerar essa realidade (e é preciso que o projecto esteja concluído, mas dizer que de facto o PS discorda da posição dos dois interlocutores anteriores, já que a construção do Centro de Alto Rendimento é um investimento governamental da maior importância, que vem dinamizar a Praia de São Jacinto que já hoje tem Bandeira Azul. Portanto, a nós afigura-se-nos como uma oportunidade que a Câmara Municipal deve agarrar por forma a colocar São Jacinto no mapa por uma boa razão.

Por outro lado, o Centro Escolar de São Bernardo e o Centro Educativo de Santiago importava ser um pouco mais esclarecedor. Porque a verba de um vírgula oito milhões de euros que é aqui trazida para aprovar para a execução financeira, dirá seguramente respeito à totalidade do investimento da construção destas escolas, sendo que o Executivo deveria informar qual destas escolas está candidatada ao QREN ou se pretende posteriormente candidatar as duas? E perceber, exactamente, qual é a componente nacional e a parte que a Câmara tem de pagar e que está aqui em causa. Estas de facto são as nossas preocupações, porque isto tudo se nos afigura que aparece tarde demais, quando este trabalho já devia ter sido apresentado nesta Assembleia há muitos meses atrás. Disse.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) [08](#) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sr. Presidente, caros colegas. Em boa hora o Executivo traz estes assuntos à aprovação desta Assembleia.

Cingindo-me ao seu conteúdo, acho que é importante que o nosso Executivo esteja em sintonia com o Tribunal de Contas. E mais importante ainda, que aja, por antecipação, pedindo o parecer favorável da Assembleia Municipal para um conjunto de iniciativas que até poderão não vir a ser solicitadas para visto do Tribunal de Contas. É bom nos tempos que correm realçar esta postura... é muito bom!

Portanto não posso deixar de me congratular com a atitude do Executivo porque, infelizmente, o nosso País está “atabascado” de exemplos de obras que se fazem ao arrepio de toda e qualquer lei, que se fazem mediante ajustes directos, falando de centenas de milhões de euros — para já não falar em milhares de milhões, ao escrutínio do freguês. O Executivo está-nos a dar aqui um bom exemplo daquilo que deve ser feito, não só para colocarmos as situações em conformidade com as exigências do Tribunal de Contas, mas para prevenir qualquer futuro atraso que um eventual pedido de esclarecimento que possa travar o processo. Portanto os meus parabéns e contarão necessariamente com o nosso apoio.”

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD) [09](#) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Boa Noite Sr. Presidente, Senhores deputados. Gostaria só de fazer menção à alínea b) deste Ponto; o Centro de Alto Rendimento de Surf. E agradecer à Câmara, e enaltecer o gesto e o esforço que fizeram para conseguir que esta infra-estrutura fosse para São Jacinto.

É da maior importância para a nossa Freguesia, uma vez que poderá possibilitar a criação de emprego ao contrário do que se disse.

São Jacinto, tem como única fonte de rendimento, ou como quase a única (e a mais importante) o comércio, nomeadamente o comércio de restauração e bares. Portanto

todas estas estruturas possibilitam a vinda de mais gente, a vinda de público – e que são bem-vindas – e que ajudarão a criar mais emprego para a freguesia que, como sabem, é bastante carenciada nesse ponto. O meu muito obrigado à Câmara pelo esforço.”

Vogal João Pedro Dias (BE) [10](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [11](#)

Vogal Rui Vaz (PPS/PSD) [12](#)

(Entretanto entrou na sala o Vogal Raúl Ventura Martins)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [13](#)

(Entrou na sala o Vogal Ernesto Carlos Rodrigues de Barros)

Da Câmara Municipal

Vereadora Ana Neves [14](#)

“Eu gostaria de dizer que o facto de não estar aqui o contrato, não é nenhuma intenção deliberada. O Tribunal de Contas quando devolve (e chama devolução de contrato) o que ele remete é única e exclusivamente uma folha, que é, exactamente, o que está aqui escrito, que está entre aspas... não está mais nada. É só uma folha com este assunto.

Portanto o que se traz aqui é a aprovação desta rubrica, em dois mil e onze, mais nada.”

Presidente da Câmara [15](#)

“Só dar aqui uma nota em relação às questões levantadas. Quanto ao Filipe Guerra em relação ao levantamento da rede viária. O levantamento está feito. O problema não é o levantamento... o problema está noutra questão. Mas estamos de acordo com a gravidade da situação que expôs.

Quanto ao CARSurf, se é uma obra participada. A opção que temos, e pensamos ser um dever nosso, é de aproveitar e avançar com todas as obras que forem participadas. Há uma participação de setenta por cento e parece-nos ser de aproveitar pelo interesse para a Freguesia de São Jacinto, do interesse do Município de Aveiro e do futuro. Naturalmente para nós e também para a Junta de Freguesia se fosse a escalonar e se tivesse a possibilidade de escolher a realização das obras por uma ordem de preferência que fosse pré-definida, certamente que o Porto de Abrigo e de Pesca e Recreio seria a obra mais importante. Mas como já aqui foi referido, apesar de andarmos há muito tempo com este processo, surgiu a “viscosidade” já há cerca de um ano, e que teve a ver com aquilo que legalmente nos parecia dispensável, que é a avaliação do impacto ambiental — mas fomos obrigados a avançar com essa avaliação e a gastar mais quarenta mil euros para fazer esse estudo. Está agora concluído e vamos ver se conseguimos também a avaliação dessa obra tão importante para São Jacinto, que é o Porto de Abrigo e de Pesca e Recreio.

A questão da EN109. Naturalmente que registámos essa sugestão excelente, como é habitual, mas também como é habitual já tivemos contactos com o Senhor Secretário de Estado, já expusemos o assunto, e estamos naturalmente a procurar encontrar solução. E hoje (até sei a data se for necessário...).

Quanto à questão do Prof. Manuel António. A questão da EN230-1 e do Tribunal de Contas. No fundo este processo também espelha muitas ou algumas das viscosidades legais com que nos confrontamos. Esta obra está adjudicada, está entregue ao empreiteiro para ser realizada já há imenso tempo... há imenso tempo! Andamos este tempo todo a tentar ultrapassar mais esta viscosidade, mais esta dificuldade e mais este atraso, mas acredito que agora será finalmente ultrapassado. Muito obrigado.”

(Entrou na sala o Vogal Manuel José Prior Pedreira Neves)

Vogal João Pedro Dias (BE) ¹⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ¹⁷

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação¹⁸ o Ponto 2. – Aprovação da Execução Financeira de: a) Beneficiação/Requalificação da EN230-1, 1.ª fase, sendo a mesma aprovada por maioria, com trinta e oito votos a favor (PSD18+CDS7+PS11+PCP1+IND1) e dois votos contra (BE2)

De seguida, colocou à votação o Ponto 2. – Aprovação da Execução Financeira de: b) Construção do Car-Surf de São Jacinto, sendo a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor (PSD18+CDS7+PS11+IND1) uma abstenção (PCP1) e dois votos contra (BE2)

Continuando, colocou à votação o Ponto 2.– Aprovação da Execução Financeira de: c) Centros Educativos de São Bernardo e Santiago, sendo a mesma aprovada por unanimidade, com quarenta votos a favor (PSD18+CDS7+PS11+BE2+PCP1+IND1)

Não houve declarações de Voto

PONTO 3. – CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE AVEIRO – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO.

O Presidente da Mesa ¹⁹ deu a palavra ao Vogal Paulo de Jesus, para fazer a apresentação da proposta de recomendação, por a mesma ter sido agendada a pedido do Grupo Municipal do Partido Socialista.

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Vogal Paulo de Jesus (PS): ²⁰

“O Partido Socialista traz este tema à Assembleia Municipal por colocar a Educação no centro das prioridades do Concelho de Aveiro.

A Educação tem um carácter transversal e estruturante no desenvolvimento dos povos e o conhecimento é um recurso fundamental para a promoção do bem-estar das pessoas, a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento das comunidades.

A Educação e a formação são vias principais para aceder aos saberes e desenvolver e treinar competências indispensáveis à realização plena das pessoas, são um elemento fundamental de equidade entre cidadãos e facilitam o sucesso na vida activa e a criação de riqueza.

Não é portanto de espantar que a qualidade da oferta educativa seja hoje um elemento fundamental para a competitividade, atractividade e desenvolvimento das cidades. A mobilidade actual permite a algumas famílias escolher o lugar onde querem viver e avaliar a sua qualidade de vida também por esta razão.

As Cartas Educativas surgem num processo de descentralização progressivo (que decorre há mais de uma década) de transferência de responsabilidades e competências para os municípios, que, complementado pelo reforço da autonomia na gestão das escolas, pretende dotar as comunidades educativas dos meios que permitam definir os modelos

mais adequados para a realidade de cada comunidade local. Entre os desenvolvimentos verificados salienta-se: A transferência para os municípios de responsabilidades e financiamento para a reorganização e gestão das escolas do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico; o desenvolvimento de actividades de apoio à família e de enriquecimento curricular no ensino pré-escolar do ensino básico; a generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos no ensino pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico; o transporte escolar e acção social escolar; a gestão do pessoal não-docente no ensino pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico; e mais recentemente a possibilidade de vir a ter competências similares nos 2º e 3º ciclos do ensino básico, mediante contratos de execução entre os Municípios e o Ministério da Educação.

O novo regime jurídico de autonomia e gestão escolar.

O alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos.

A universalidade da educação pré-escolar para todas as crianças com mais de 5 anos.

A criação de agrupamentos que incluam todos os níveis de ensino — são tudo matérias que têm vindo a ser introduzidas ou aprofundadas num período subsequente à publicação da Carta Educativa de Aveiro e colocam sobre a Câmara Municipal de Aveiro a enorme responsabilidade de garantir o funcionamento adequado do sistema educativo municipal e sobretudo de liderar, em parceria com o Ministério de Educação e com os agrupamentos de escolas, um processo de melhoria da qualidade da oferta educativa no Concelho de Aveiro.

Estas novas responsabilidades requerem que o Município de Aveiro faça uma reflexão profunda sobre estas mudanças e reveja a sua estratégia nesta matéria e construa rapidamente as competências internas que permitam executar um plano de acção que qualifique de forma exemplar o sistema educativo no concelho de Aveiro.

É neste enquadramento que analisamos a Carta Educativa actualmente em vigor no Concelho de Aveiro — primeiro no seu conteúdo e em segundo lugar a sua execução.

Sendo a Carta Educativa do Concelho de Aveiro um documento de planeamento a 20 anos, é absolutamente essencial, que o seu quadro prospectivo seja bem fundamentado e sólido.

Começamos pelos fundamentos do quadro prospectivo da Carta Educativa de Aveiro em termos demográficos:

Demografia – Quadro prospectivo da Carta Educativa de Aveiro (foi apresentado um documento em PowerPoint).

Em que se conclui neste quadro, “resultado da sua forte atracção, o concelho apresenta uma tendência para manter um crescimento populacional positivo, a avaliar pelos acréscimos verificados em todas as freguesias na última década dos Censos 1991/2001...”, e suporta-se esta afirmação no quadro a seguir:

Demografia – Quadro prospectivo da Carta Educativa de Aveiro.

Que se apresenta como corolário “Num quadro de crescimento populacional que o concelho tem verificado e pela análise prospectiva da população, aponta-se para uma tendência de continuidade de crescimento populacional...”

Demografia – Quadro prospectivo da Carta Educativa de Aveiro.

Em que se complementa com outros dados “Ao nível da estrutura etária da população genericamente no concelho, reflecte-se o generalizado fenómeno de envelhecimento populacional associado a uma diminuição dos mais jovens, e aumento da esperança de vida...”

Esta informação é obviamente muito importante. Porque será a população jovem que maioritariamente usufruirá da rede educativa do concelho e que, em parte, será responsável pelas novas gerações de crianças que virão a entrar no sistema educativo durante os próximos 20 anos — curiosamente foi pouco valorizada nas projecções futuras!

Confrontemos agora estes dados com as projecções do INE (Instituto Nacional de Estatística) para o Concelho de Aveiro no ano de 2009.

Demografia – Quadro prospectivo do INE.

Conclui-se que a população de Aveiro estabilizou nos Censos de 2001 (ou até será ligeiramente menor), mas a previsão nacional continua a ser de ligeira subida.

Demografia – Quadro prospectivo do INE.

Relativamente ao grupo populacional dos 0-14 anos, verifica-se um decréscimo de cerca de 500 pessoas (ou cerca de -4%).

Tendo em conta que este quadro prospectivo foi uma base importante para a definição das necessidades do concelho de Aveiro em termos da rede de escolas do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, esta constatação de desfasamento entre as projecções demográficas da carta educativa de Aveiro e a realidade expectável revela um quadro preocupante, que é confirmada pela análise da população escolar do concelho de Aveiro.

Evolução da População Escolar – Concelho de Aveiro.

Verifica-se um decréscimo generalizado da população escolar na rede pública do 1º ciclo do ensino básico (excepto em Aradas).

Evolução da População Escolar vs. Carta Educativa de Aveiro.

Face à expectável estagnação da população no concelho e a redução da população dos 0-14 anos, a capacidade prevista na Carta Educativa do Concelho de Aveiro parece excessiva. Mas se agora considerarmos a população escolar em 2009/2010 esta constatação é reforçada.

Acresce dizer que já é por demais conhecido, que algumas das tipologias sugeridas na Carta Educativa de Aveiro não poderão ser candidatáveis a financiamento comunitários, nomeadamente as que prevejam menos de 8 salas.

Face a esta realidade, o dever, a que todos estamos obrigados, de gerir os recursos de todos da forma mais eficiente e eficaz possível, faz-nos concluir pela necessidade de rever urgentemente a Carta Educativa de Aveiro.

Prosseguindo com a análise sobre a forma como a Carta Educativa do Concelho de Aveiro tem sido implementada, regista-se:

Primeiro, a enorme perda de tempo e recursos originada pela decisão da maioria em tentar implementar a Carta Educativa de Aveiro por intermédio de uma Parceria Público Privada, que trocava parques de estacionamento por escolas!? Isto, apesar dos inúmeros alertas dos partidos da oposição (e do Partido Socialista em diversas ocasiões e de forma veemente) para o enorme erro que esta opção constitui sobretudo quando o governo proporcionou generosas linhas de financiamento por intermédio do QREN. Foram 3 anos perdidos, com prejuízos irreparáveis para as crianças e comunidade Aveirense.

Segundo, os prejuízos desta opção da maioria são plenamente confirmados quando se compara as candidaturas ao QREN, aprovadas em outros municípios da região do Baixo Vouga, desmontando aliás as afirmações do executivo municipal relativamente às dificuldades de financiamento por esta via.

Terceiro. No passado mês de Setembro, a CMA ‘acorda’ para a necessidade de candidatar os projectos das escolas ao QREN e, pasme-se, abre concurso público para 6+5 projectos de arquitectura! Excluindo a análise da forma como estes concursos foram elaborados, os Aveirenses com certeza interrogam-se sobre o que é que a CMA andou a fazer nos últimos 3 anos?

É neste quadro de afirmação do papel central da educação no processo de desenvolvimento da comunidade Aveirense; da constatação da necessidade de ajustamento de algumas propostas contidas na Carta Educativa de Aveiro; de urgência em ainda tentar garantir financiamento comunitário para os principais projectos da Carta Educativa de Aveiro, que o Partido Socialista propõe:

«Ponto 1. - Que a Câmara Municipal de Aveiro promova imediatamente as diligências necessárias que conduzam à revogação definitiva das deliberações relativas à Parceria Público Privada.

Ponto 2. - Que a Câmara Municipal de Aveiro promova, num prazo de 3 meses, uma revisão da Carta Educativa, que tenha em conta as alterações nos seguintes factores:

- A evolução demográfica.
- O alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano e a verticalização dos agrupamentos até ao secundário.
- O alargamento da oferta de educação de infância e a meta de se atingir a cobertura do universo das crianças dos 3 aos 5 anos.
- As competências das autarquias em matéria de Educação.
- As condições de financiamento.

Ponto 3. - Que a Câmara Municipal de Aveiro candidate imediatamente a financiamento do QREN todos os Centros Educativos que comprovadamente se enquadram nos novos pressupostos descritos no ponto 2.

Ponto 4. - Que se constitua uma comissão de acompanhamento da Carta Educativa de Aveiro em sede de Assembleia Municipal, com a participação de todos os partidos eleitos.» Disse.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) ²² - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Francamente tenho algumas dificuldades por onde começar. Mas seguindo a metodologia de há pouco, começaria por dizer que esta proposta do Partido Socialista, esta recomendação à Carta Educativa do Concelho de Aveiro tem, globalmente, um conjunto de pressupostos positivos. Cremos que merecerá o nosso apoio.

Mas há de facto coisas que são difíceis de compreender, porque não têm um eixo axiológico comum, e dá a perfeita sensação de que “o que hoje é verdade, amanhã é mentira”.

Eu recordo-me bem do dia em que foi aprovada a Carta Educativa do Concelho de Aveiro. Porque, curiosamente, foi o dia em que eu pela primeira vez participei na Assembleia Municipal de Aveiro. E à época, a votação decorreu, com os votos favoráveis dos partidos à direita (CDS e PSD) e com o voto favorável do PS, à época, estou hesitante se o Bloco de Esquerda votou favoravelmente ou se se absteve, mas na altura o PCP ficou sozinho.

E o que impressiona é que, na altura, nenhum destes motivos que hoje o PS elenca na proposta de recomendação foi válido para votar favoravelmente ou para votar contra, ou no limite abster-se — não foi esse o caminho do PS!

Mais... a situação é tanto mais conflituosa, complicada de compreender, se atendermos a que muitas destas medidas que esta proposta de recomendação que o PS apresenta aqui hoje, vão ao arrepiro daquilo que são as políticas nacionais do PS!?

Para não perdermos tempo, porque creio que de tão gritante que é a diversidade entre a acção local e a acção nacional do PS, não vou sequer dar-me ao trabalho de elencar.

Mas creiam os senhores deputados que isto é verdade como certamente os mais atentos e que hoje estão ligados à Educação no nosso País saberão perfeitamente.

Eu terminaria dizendo o seguinte: Não há nenhum pressuposto nas recomendações (nomeadamente para as do ponto dois), nenhum destes pressupostos é hoje verdade, tendo sido há quatro anos mentira. Todos são tão verdade hoje como há quatro anos o eram.

É curioso que vocês tenham mudado a vossa posição!?! O PCP saúda que vocês tenham mudado a vossa posição e estaremos convosco nesta recomendação. Agora não deixaremos certamente é de apontar uma incoerência total, que, de facto... Enfim, depois explicação melhor.

Fazendo uma apreciação à parceria Público-privada, o PCP considera que é bom que esta parceria (a tal troca de arranjos e de alguns melhoramentos de algumas escolas do nosso concelho, por troca de um conjunto de parques de estacionamento) esteja morto e encerrado. E que nunca mais ninguém se lembre de o trazer ao de cima. De facto, seria uma aberração para o nosso concelho transformar algumas zonas importantíssimas da nossa cidade em parques de estacionamento. Cremos igualmente que havia alguns negócios relativamente ao direito de superfície que não ficaram pelo menos completamente esclarecidos. Sublinhava isto: esperemos que este negócio nunca mais se volte a falar nele.

Pensamos que alguns dos aspectos que já discutimos no ponto anterior, nomeadamente na alínea c) do Ponto dois desta Assembleia Municipal, deverão ser chamados à coação e deveremos prosseguir o trabalho que se deve fazer em relação à Educação no nosso concelho.”

Vogal Paulo de Jesus (PS) ²³

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ²⁴

Vogal Filipe Guerra (PCP) ²⁵

Vogal Ivar Corceiro (BE) ²⁶ - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em relação às recomendações propostas pelo Partido Socialista, o Bloco concorda com elas; não tem nada a opor. Mas concorda com elas, não por causa de qualquer Decreto de Lei que tenha sido alterado nos últimos quatro anos, mas sim pelo princípio político que está por trás destas recomendações.

Eu ouvi aqui o deputado do PCP dizer qualquer coisa como «o Partido Socialista é um no governo, e outro na política local»... creio eu que foi isto.

Eu não diria bem isto. Diria que o Partido Socialista é um quando está na oposição e é outro quando está no poder! E normalmente só se lembra que é um partido de esquerda quando está na oposição — quando está no poder esquece-se muito facilmente. E por acaso, ainda este fim-de-semana, quem leu o jornal o Sol (acredito que pouca gente o leu) reparou que, actualmente, tem havido sucessivos cortes nos orçamentos destinados a cobrir as despesas das autarquias na área da educação. E que esses cortes põem em causa ou têm posto em causa, o apoio social aos mais jovens — eu estou a falar do actual Governo do Partido Socialista...

Em dois mil e nove, houve um corte, também deste governo, de cem milhões de euros. Agora as autarquias, segundo este artigo, enfrentam novo corte no valor de trezentos milhões de euros! Estou a falar dos orçamentos destinados a cobrir as despesas das autarquias na área da educação.

Segundo o representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nessa entrevista, começa a estar em causa o fornecimento de refeições aos alunos do pré-escolar e do básico, abrangidos pela acção social escolar!?

Desde Janeiro (no mesmo artigo) que não é feita qualquer transferência pelo Ministério da Educação, estando em falta mais de sete milhões de euros neste momento.

Li ainda, na mesma notícia, que o Ministério da Educação prevê outros cortes nos apoios destinados aos mais desfavorecidos. Uns deles, as verbas destinadas ao financiamento de projectos do programa operacional de potencial humano irão resumir-se a metade do valor orçamentado. É preciso ver que estes cortes surgem exactamente no momento de maior crise social que afecta de forma muito particular os mais jovens que contam com a mais elevada taxa de risco de pobreza. Aliás, o Banco Alimentar Contra a Fome já alertou para o facto da média de crianças assistidas pelos Bancos Alimentares em dois mil e dez ser cerca de noventa e quatro mil; trinta e três por cento do universo total.

E é por isso que eu olho para esta Carta Educativa do Partido Socialista e concordo com ela. E o Bloco vai votar a favor. Mas vai votar a favor, lembrando o Partido Socialista que a nossa memória não é curta e que não nos vamos esquecer deste princípio político do Partido Socialista em Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal Ernesto Barros (CDS/PP) [27](#)- Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado Sr. Presidente (neste caso Sr. Secretário da Mesa). Congratulo-me com o trabalho que o Partido Socialista aqui fez. Mas considero que este é um programa do Partido Socialista numa altura em que se candidate a umas futuras eleições; não é um trabalho para agora.

A Carta Educativa que a Câmara de Aveiro apresentou, penso que é um plano plurianual. É um projecto com conta, peso e medida. É um projecto que está repensado em todos os seus aspectos. Inclusivamente esta grande crítica que a oposição está a colocar de a Câmara de Aveiro ter acabado com as parcerias Público-privadas.

Eu não considero que a Câmara de Aveiro tenha acabado com elas, mas sim que fez um repensar da situação devido à grave situação em que a Câmara de Aveiro está. E, portanto, acho que num plano plurianual, é melhor considerarmos a altura certa de o executar do que executá-lo no imediato ou com uma grande aceleração que poderá provocar situações bastante graves e bastante mais gravosas para o concelho de Aveiro.

O nosso grupo irá opor-se a esta recomendação porque vê que já existe trabalho feito. O trabalho que a Câmara aqui apresenta é um trabalho correcto e devemos avançar com a proposta da Carta apresentada pela Câmara Municipal de Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal Paulo de Jesus (PS) [28](#)

Vogal Ernesto Barros (CDS/PP) [29](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa [30](#)- Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“A minha intervenção é mais uma espécie de interpelação à Mesa — só para dizer o seguinte: O PS teve algum cuidado quando propôs esta recomendação e teria “messas” para dizer mais qualquer coisa. Mas o Sr. Presidente já veio aqui dizer em outro tempo recente, reconhecer que o PS tinha razão na luta que fez aquando da aprovação da Parceria Público privada.

E a moção que está escrita e os considerandos que são expressos não são, se repararem bem e tiverem o cuidado de ler, meramente juízos de valor político sobre a actuação da Câmara. E o PS teria muito a dizer... já disse muito sobre isso. E, seguramente, terá muito a dizer no futuro e os aveirenses também. Mas não é isso que está escrito.

A apresentação que o PS fez hoje representa dados reais, objectivos, realidades factuais. E a solução que apresenta são também coisas do mais óbvio possível.

Portanto é bom que o PSD e o CDS percebam que a moção, para já, está dividida em quatro pontos (que poderão ser autónomos ou não, não sei se isto estava previamente discutido ou não), e eu pergunto se alguém aqui é a favor que continue a Parceria Público privada? Se alguém aqui é a favor disso. É que se votarem contra esta moção estarão automaticamente a sublinhar que são a favor da continuação da Parceria Público privada! E é bom que se assumam isso.

Eu só não quero radicalizar muito o discurso, nem politizar muito o discurso, para que o PSD e o CDS.PP se sintam à vontade, que não se sintam constrangidos, em perceber que o que está aqui em causa é muito mais importante que qualquer jogo político-partidário que o PS possa fazer para lucro. Isto não é um número político à boa maneira do Bloco de Esquerda ou do Partido Comunista Português. Isto é uma proposta de recomendação

séria, que visa um tratamento sério, e que se enquadra, claramente, na perspectiva construtiva de uma oposição séria que o PS foi, é, e pretende ser no futuro.

Portanto é bom que se discuta a moção fazendo argumentos melhores dos que aqueles que ouvi aqui hoje — ainda só ouvi uma intervenção da posição.

É bom, e faço esse apelo aos nossos colegas da Assembleia Municipal que suportam a posição, que percebam que o que está aqui em causa é importante para todos nós, para os nossos filhos e para os aveirenses no futuro.”

Vogal Raúl Martins (PS) [31](#)- Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Pese embora todos os esforços visíveis da bancada do Partido Socialista, adivinhamos qual o resultado desta proposta de recomendação. De facto é muito difícil fazer “mea culpa” e penso que ainda não vai ser hoje que ficará encerrado esse lamentável processo que tem percorrido, já há algum tempo, a sociedade aveirense, que é o processo da Parceria Público Privada!?! Que tem feito a desgraça, o atraso, que tem feito com que as nossas crianças hoje não sejam tratadas ao mesmo nível que são tratadas as crianças dos concelhos vizinhos — e alguns deles com tantas ou mais dificuldades que nós.

Finalmente a Câmara decidiu candidatar algumas obras ao QREN! Nomeadamente conseguiu a aprovação de dois Centros educativos que estão, neste momento, tanto quanto sei, em início de execução. Mas o nosso concelho vizinho de Ílhavo completou, antes do início deste ano escolar, todos os novos projectos de equipamentos relativamente à Carta Educativa. E quem está, como eu, na fronteira entre Aveiro e Ílhavo sente muito essa diferença.

Mas, mesmo dos Centros aprovados – que ao que sei estão em construção – e que já estão a ficar fora do prazo relativamente ao que foi proposto junto do QREN, até trinta e um de Agosto não havia qualquer despesa validada!?! Ou seja, a Câmara de Aveiro, mais uma vez por incompetência, não tinha conseguido apresentar despesas para que o QREN pudesse enviar as verbas respectivas! Não havia até trinta e um de Agosto qualquer despesa validada de qualquer um dos Centros escolares! Mais... até me chegou ao conhecimento que existem situações complicadas quer num caso quer noutra. Num caso, por problemas legais não resolvidos antecipadamente e no outro caso, por problemas técnicos, por problemas de contrato resultantes da situação difícil que o empreiteiro que ganhou a obra atravessa.

É importante que a Câmara de Aveiro aqui, e perante todos os aveirenses, nos diga: primeiro se a Parceria Público Privada está em vigor, se não está em vigor, se está encerrada, se vai “renascer ao terceiro dia”... tem de nos dizer isso!?! E depois dizer qual é a situação dos dois Centros escolares que estão em construção, e se pensam que eles estarão prontos antes do próximo ano lectivo para que as crianças possam usufruir daquilo que, se não fosse a cegueira e a incompetência desta Câmara, já estariam a usufruir tal e qual como já estão a usufruir nos concelhos vizinhos.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) [32](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [33](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [34](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [35](#)

Vogal Victor Martins (PPS/PSD) [36](#)- Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito boa noite. Ao ver este assunto agendado pelo Partido Socialista fiquei muito satisfeito, pois demonstra que estão preocupados com a Educação. Só é pena que durante oito anos em que governaram o Concelho de Aveiro nada fizessem.

No que toca à minha freguesia, no mandato em que do PS, foi criando uma onda de folclore mas nada foi realizado.

Aliás, lembro-me que quando, em Santa Joana, foi organizada a “Presidência Aberta”, e quando fomos capital do concelho, o vosso presidente promovia visitas às escolas onde reunia com tudo e com todos. Eram reuniões com os Vereadores, Professores, Alunos, e levava sempre jornalistas para prometer “mundos e fundos”. Mas na verdade os resultados foram péssimos.

Recordo-vos ainda que, o vosso presidente, no início do segundo mandato, intitulou esse mandato como dedicado à Educação. Mas afinal ainda mais triste ficou a Educação no nosso concelho, pois promessas foram muitas e acções foram poucas.

Aliás basta consultar os Planos de Actividades desde noventa e nove a dois mil e cinco, onde se previa a construção de escolas em Oliveirinha, Azurva, Costa do Valado, Esgueira, Santa Joana, entre outras. Nesses mesmos Planos prometiam ainda refeitórios nobres em algumas escolas como, por exemplo, na escola do Solposto na minha freguesia — ainda continuamos à espera.

Ainda anunciaram uma Escola Primária na Quinta do Griné e uma “pré” nos Areais. No final nada foi feito e o resultado foi zero.

Consultando os Planos verifiquei que, durante estes oito anos de mandato, o Partido Socialista gastou seis milhões. A coligação em quatro anos gastou onze milhões. Afinal quem tem preocupação pela Educação?

O Partido Socialista pede uma revisão da Carta Educativa em três meses!? Não compreendo... pois de Dezembro de dois mil e seis a Janeiro de dois mil e oito, foi o tempo necessário para homologar a última Carta Educativa. Como querem que em três meses se consiga rever a carta?

Além disso, não é verdade que o Decreto de Lei prevê que as Cartas Educativas sejam revistas de cinco em cinco anos? Entende-se que se os últimos Censos foram em dois mil e um, e se prevê em dois mil e onze novos Censos, só aí estarão criadas as condições para avaliarmos em dois mil e treze a respectiva Carta Educativa.

É importante que o Partido Socialista se preocupe com a Educação. Contudo, no tempo em que governaram não tiveram a paixão e tiveram milhões para investir e investiram noutros locais. A Educação não era prioridade. Muito obrigado.”

Vogal Paulo de Jesus (PS) [37](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [38](#)

Vogal Victor Martins (PPD/PSD) [39](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [40](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [41](#)- Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Certamente por lapso ou por esquecimento, o meu colega de bancada não frisou que esta política do governo é consequente. E, portanto, só para acompanhar esta política, neste momento, está aberto um concurso para a construção e reconstrução destas escolas que acaba no dia vinte e nove de Outubro. Isto é só para o Sr. Presidente ter também a noção das alarvidades que às vezes aqui se dizem. Porque só neste concurso, que é para aí o sétimo ou oitavo que é aberto, o montante do FEDER que vai ser atribuído é de quinze milhões de euros.

Portanto, é um dado importante: há um concurso aberto que fecha no dia vinte e nove de Outubro, às dezoito horas, para apresentarem mais escolas e pré-escolar; e o montante a atribuir neste concurso são quinze milhões de euros, básico; porque normalmente depois é mais — porque podem ser complementadas desde que tenham mais de três pontos percentuais de qualidade. Só para ver o que aqui se diz nesta Assembleia, Sr. Presidente!”

Vogal João Pedro Dias (BE) [42](#)

Vogal Anabela Saraiva (PS) [43](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [44](#)- Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Bom, gostaria primeiro de realmente agradecer ao Partido Socialista, o facto de ter trazido este assunto a esta Assembleia Municipal. Acho que a apresentação que foi feita foi interessante, foi meritória, acho que foi importante para esta Assembleia Municipal.

E seguiram-se outras intervenções, a maior parte delas do Partido Socialista, que também considero que a propósito da Educação nos transmitiram algumas informações e reflexões que considero também muito importantes. Foi um bom contributo e aqui gostaria de destacar a contribuição do meu amigo Nuno Marques Pereira, também pela forma como explicou toda a problemática que tem envolvido o encerramento de algumas das escolas do nosso município, principalmente a escola de Eirol. É o seu ponto de vista, mas tem informação, que é informação que é importante.

Traz-nos o Partido Socialista aqui a propósito do agendamento deste ponto, traz-nos uma moção com alguns considerandos, e que são alguns considerandos que alguns nós até subscrevemos, mas outros não podemos de maneira nenhuma porque temos uma outra visão daquilo que realmente é o melhor para o nosso município, que é diferente, e que por isso nos parece, dei-nos o benefício da dúvida de dizer e de aceitar que nós também poderemos ter alguma razão.

No ponto um, quando se pede a revogação definitiva das deliberações relativas à parceria pública privada; de maneira nenhuma nós podemos concordar, porquê? De maneira nenhuma! Porque a parceria pública privada pode vir ainda a ser uma solução.

A parceria pública privada, pode vir ainda a ser uma solução! Ninguém nos diz que as candidaturas ao QREN possam ser, ou estas parcerias possam estar impedidas de se poder candidatar ao QREN! Não sabemos. Não sabemos.

Temos visto que este género de interpretação de regulamentos vai evoluindo. Aliás é como o plafond, tanto existe como deixa de existir e volta outra vez a existir, e nunca sabemos se existe ou não existe!? Pronto, é o mesmo em relação a outras regras que poderão eventualmente ser aplicadas e é importante que a Câmara possa ter outras alternativas. E por isso nós acreditamos que esta pode ser ainda uma alternativa que a Câmara é bom que não se desfaça dela. E por isso não podemos de maneira nenhuma aceitar esta revogação definitiva das deliberações relativas à parceria pública privada.

Também nós achamos que, em relação ao ponto dois, nós consideramos que a Carta Educativa realmente é um documento que nunca poderá estar fechado, não é. Mesmo na altura em que nós aprovámos aqui a Carta Educativa, já depois de ter sido alterada, sabíamos que havia já algumas evoluções no sentido em que realmente tínhamos que fazer algumas alterações, e por isso é natural que este documento esteja constantemente a evoluir. Agora é um assunto que a Câmara como é óbvio está atento. Está atento a este assunto. A Câmara tem os seus técnicos, tem o seu Vereador do Pelouro, e de certeza que todos estes assuntos e estas preocupações que foram aqui trazidas a esta Assembleia também são preocupações dos técnicos da Câmara e de todos os agentes educativos. Pronto, e por isso estamos de acordo por um lado quanto às preocupações, mas não poderemos estar de acordo porque é impossível que haja um prazo de três meses para uma revisão! Quer dizer, mas uma revisão para quê? Ao fim de três meses está tudo bem? Quer dizer, não. Não está. Vai continuar a evoluir. E por isso não faz sentido este prazo!? Também quando se diz que a Câmara Municipal de Aveiro candidate a financiamento do QREN todos os Centros Educativos, muito bem, têm é que os preparar. E aquilo que nós vimos, foi quando houve aqui o acelerar do processo em que a Câmara realmente queria avançar com construções de algumas escolas, depois teve que voltar para atrás

precisamente porque alguns dos prazos que estavam a ser estipulados não eram exequíveis para poder abrir um concurso.

É por isso, há sempre alguns imponderáveis que têm que ser acautelados. Por isso é preciso ter cuidado com as candidaturas. É bom que se façam as candidaturas, que se façam bem as candidaturas, e é isso que a Câmara tem estado a fazer. E por isso há quatro escolas neste momento já vão ser candidatas, e por isso até ao final do ano a informação que me parece que a Câmara já nos deu aqui há relativamente pouco tempo é que dizia que ia candidatar oito escolas, o que perfazia um montante de oito milhões de euros. Penso eu que foi essa a informação que nos foi dada na altura e por isso parece-me que a Câmara está a responder àquilo que tem que responder e nos sítios certos. E também poderá eventualmente dar-nos mais alguma informação nesta Assembleia.

E é por isto tudo que ao chegar ao ponto quatro, e se pede a constituição de uma Comissão de Acompanhamento, eu fico sem perceber para que é que nós vamos querer a Comissão de Acompanhamento?

É que Comissão de Acompanhamento, para quê? Para ver se a Câmara está a fazer ou não está a fazer? Para isso já está aqui a Assembleia Municipal. A Câmara tem é que nos prestar informações sobre aquilo que é a sua actividade corrente, e para podermos utilizar alguma informação privilegiada que o Partido Socialista nos possa trazer, de maneira a acelerar estes processos.

Bom, se calhar era importante!? Bem, mas aquilo que nós temos estado a ver aqui nesta Assembleia pelos discursos de quem tem informação privilegiada, pelos vistos não é preciso Comissão de Acompanhamento! Quem tem essa informação tão privilegiada faz a questão de a transmitir nesta Assembleia. Não precisamos de realmente nenhuma Comissão de Acompanhamento para isso.

E por isso, não sei, não percebi, não consegui perceber realmente qual era a vantagem para esta Assembleia constituir ou cinco elementos poderem reunir, para discutir o quê para além daquilo que é o regular acompanhamento desta Assembleia, àquilo que são os trabalhos que a Câmara tem que fazer e que tem que nos prestar contas.

E por isso é que eu volto àquilo que disse no início. Louvo o trabalho do Partido Socialista por ter preparado este assunto, mas parece-me que esta sua proposta é inconsequente e ficam estas recomendações para a Câmara e para todos nós. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) [45](#)

Vogal Paulo de Jesus (PS) [46](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [47](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara [48](#)

“Senhor Presidente, Senhores deputados permitam-me uma palavra ao Dr. Paulo Jesus pela forma serena e fundamentada como apresentou esta proposta de recomendação. Naturalmente que discordamos nalguns aspectos. Mas realço a seriedade e a serenidade com que foi apresentado.

Duas ou três notas em relação ao conteúdo da proposta. E a primeira tem a ver exactamente com os três meses! Quase, quase, que me convenciam que em três meses é possível pegar num documento destes, numa Carta Educativa que demorou cinco ou seis anos a ser elaborada, e em três meses fazer a revisão dessa Carta Educativa...

Quem tem a certeza de que no nosso país consegue rever um documento destes de forma completa em três meses, não vive cá ou não conhece o país.

E deixem-me só dar-lhes uma pequena nota. Primeiro dizer-vos que de acordo com a Lei, uma revisão da Carta Educativa ou à Revisão da Carta Educativa, são aplicáveis os mesmos procedimentos previstos para a respectiva aprovação. Tem que se cumprir todos

os trâmites legais. E só dar nota que, aquando da aprovação da Carta Educativa, e ela foi apresentada aqui, e foi aprovada em reunião de Câmara em 18/12/06. Foi agendada para Assembleia Municipal a sua discussão para a Sessão de Dezembro de 2006. E com a aprovação pela Assembleia Municipal fechou o trabalho, ficou aprovada, e foi imediatamente para homologação da Senhora Ministra.

Só para a homologação da Senhora Ministra, isto só acontece em 15 de Janeiro de 2008, só para uma simples homologação foi preciso um ano para ser feito — como é que num país em que uma homologação, com toda a pressão que foi feita na altura (era importante que o processo avançasse), uma homologação de um documento demora um ano, como é que se consegue rever um documento em apenas três meses?

A segunda nota tem a ver com outro facto. Como sabem a Carta Educativa cuja elaboração ou homologação ocorreu em Janeiro de 2008, estamos a falar de há dois anos e meio, esta Carta teve como suporte um elemento nuclear e fundamental — os Dados dos Censos de 2001. São dados rigorosos. E foi em função dos Dados fornecidos pelos Censos, está aqui a Dr.^a Anabela que acompanhou esse processo e sabe que toda a Carta foi naturalmente erguida, tendo como pilar essencial, como fundamentação, os Censos de 2001.

Ora também de acordo com a Lei, a Revisão da Carta Educativa, deve ser feita ou a reavaliação da Carta Educativa, obrigatoriamente de cinco em cinco anos pelo município e pelo Ministério da Educação, de acordo com o número três do artigo vinte, deve ser feita obrigatoriamente de cinco em cinco anos pelo Ministério e pela Câmara Municipal.

Isto bate certo com outro elemento fundamental que é os Censos de 2011, que vamos ter para o ano no nosso país. Se respeitarmos estes cinco anos aqui indicados, para que o Ministério e a Câmara Municipal analisem a necessidade ou não de alteração à Carta Educativa, isto vai bater em Janeiro de 2013. Como vamos ter os Censos em 2011, é previsível que em meados de 2012 tenhamos os resultados e os números finais para podermos trabalhar e para podermos avaliar. Então sim, faz sentido ou não, com todo o fundamento, procedermos ou não à revisão por acordo entre as duas partes de modo que é naturalmente sábio e aconselhável que esperemos pelos resultados dos Censos de 2011, para então sim o Município e o Ministério da Educação, poderem proceder a essa avaliação da necessidade ou não da revisão da Carta Educativa.

Quanto à questão da parceria pública privada, vamos contextualizar esse assunto. Naturalmente toda a análise que nós possamos fazer tem sempre que partir do contexto em que se verificou.

Em 2005, quando chegámos ao município, é conhecido o estado em que se encontrava todo o património escolar. Nessa altura a primeira preocupação foi concluir o processo da Carta Educativa. Foi então homologado em Janeiro de 2008 e perante a realidade com que nós nos confrontámos, e a Carta Educativa no essencial aponta para a construção de treze novos Centros Educativos e para a requalificação de mais treze Centros Educativos, estamos a falar na intervenção em 26 equipamentos, com um custo que poderia rondar cerca de vinte e cinco milhões de euros.

E a pergunta é se perante a Carta Educativa e perante esta realidade, se o município tinha ou não obrigação de intervir e de melhorar a qualidade do Parque Escolar? Naturalmente que tinha e tem essa obrigação.

Mas há outra pergunta. Tinha e tem o município capacidade financeira de poder intervir com esta dimensão e gastar este dinheiro todo em termos educativos? Claro que não. É evidente que não.

Daí que tenhamos avançado com algumas escolas, com alguns processos, de forma lenta e gradual à medida das nossas parcas possibilidades, como foi o caso de Santiago, São Bernardo, Bonsucesso, são processos que estão a decorrer, mas que tivemos consciência

na altura de que vinte e dois ou vinte e três ficavam de fora. Não haveria forma, não tínhamos meios financeiros para acorrer a esses casos todos.

Então se não temos capacidade financeira, se temos o dever de intervir na melhoria do estado dos Centros Educativos, a solução, a ideia na altura que surgiu foi esta: ver se conseguimos juntar o dinheiro da União Europeia, o dinheiro do Estado, o dinheiro do município e vamos ver se envolvemos um privado aqui. Um parceiro que também possa entrar com dinheiro para garantir que tudo isto se possa vir a concretizar.

Na altura havia a expectativa, em função das informações que tínhamos, de que os projectos, as parcerias públicas privadas poderiam vir a obter participação em relação aos programas que viessem a surgir.

E nós fomos antecipando, avançámos com o projecto da parceria público privada, de forma a antecipar aquilo que seria expectável que acontecesse, de que essas parcerias pudessem ter participação. E se assim fosse, garantíamos com a ajuda do privado e com a participação do privado, mais da União Europeia, mais do município, as condições para podermos então cumprir o que era o nosso dever, fazer toda a Carta Educativa.

Mas agora regulamento não prevê essa situação, não prevê que as parcerias públicas privadas possam ter participação — muito embora dentro do Ministério houvesse um movimento muito forte no sentido de que as parcerias pública privadas pudessem vir a ter participação. Tanto que numa alteração ao regulamento, posterior, já surge a possibilidade de as parcerias públicas privadas poderem vir a ter participação.

Era no fundo aquilo que nós pretendíamos e que se encaixava com o nosso modelo e com aquilo que pretendíamos.

Só que surge titubeante, hesitante, surge assim: o legislador dá espaço a quem defendia dentro do Ministério essa perspectiva de que as parcerias públicas privadas deviam ser participadas, mas também não fogem inteiramente para as parcerias, diz assim “as parcerias públicas privadas poderão ser participadas em termos de projectos educativos, desde que o município tenha a posição dominante ou liderante”... Este é um dos termos “liderante”; e aqui entramos numa discussão profunda ou filosófica. O que é isto de liderante? Liderante é ter mais dinheiro ou liderante é poder ter maior capacidade de decisão e de deliberação.

Ainda andamos a procurar esclarecer e a procurar que nos esclareçam nesse sentido, o que é que este “liderante” significa. Porque ser liderante, se for ter maior poder de decisão, estamos convencidos que este projecto da nossa parceria pode ter participação. Se liderante for ter mais dinheiro, não teremos participação através deste projecto desta parceria pública privada.

Entretanto, recentemente, o “Mais Centro,” o tal programa que até 29 de Outubro tem quinze milhões disponíveis para os cerca de cem municípios da Região Centro em termos de Carta Educativa. E nós estamos a procurar candidaturas para apresentar para Vera-Cruz, Esgueira, Glória, São Bernardo, Santiago para apresentar neste “Mais Centro”. E estamos a avançar e devemos avançar com o concurso como já aqui foi referido, para os projectos de arquitectura e de especialidades para os restantes Centros Educativos, de forma a que possamos sempre aproveitar, à medida que surja um programa, a apresentar a candidatura.

Duas ou três notas de pormenor que aqui foram levantadas. Quanto ao escrutínio em 2005 Dr. Marques Pereira, não foi uma pessoa naturalmente que foi avaliada, foi um partido político. Certamente que não foi só uma pessoa que esteve aqui à frente. Naturalmente que o PS não pode dizer que não sabia de nada daquilo que se passou em relação ao DREC, como aqui informei já na última reunião da Assembleia. Reunimos recentemente com o Sr. Director e com a sua equipa e definimos caminhos comuns e penso que apontam para uma melhor defesa dos alunos e dos docentes.

Quanto ao encerramento das escolas de Eirol, gostava de ouvir a opinião do Presidente da Junta de Eirol em relação a este assunto, em relação ao fecho da sua escola!?

Gostava de o ouvir. Porque a perspectiva que nos foi dada foi diversa daquela que o Dr. Marques Pereira aqui defendeu.

Depois também o Dr. Marques Pereira não referiu o acordo entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, perante o qual não viu o compromisso de não encerrar nenhuma Escola em que não existisse acordo com o município respectivo.

Outra nota também, para vos dizer e para responder a uma dúvida que aqui foi colocada. Porque é que alguns têm escolas novas e nós não temos escolas novas?

Porque (deixem-me dizer isto) tiveram à frente pessoas que no passado souberam gerir de forma equilibrada e razoável para que o município pudesse na altura própria ter meios, e ter capacidade de endividamento, para meter-se em situações que pudessem avançar para a concretização da Carta Educativa.

Nós gostaríamos muito de sonhar (o PS tem que ouvir isto), até porque eu ouvi muitas vezes, permitam-me que reafirme aquilo que foi dito já pelo Senhor Presidente de Junta de Santa Joana, nós podemos ter muitas dificuldades, mas a nível de Educação, temos aqui alguma coisa que é importante.

O PS quando aqui estive na Câmara, em 8 anos, gastou (e estou a falar das Contas do município não estou a falar de Orçamentos, nem de intenções, nem de sonhos), gastou com contas aprovadas nesta Assembleia, seis milhões e meio — gastou oitocentos mil euros por ano na Educação. Nós em quatro anos gastámos onze milhões e meio em Educação. Gastámos uma média de dois milhões oitocentos e setenta mil euros por ano.

Aqui está na prática a provar quem é que se preocupa ou não com a Educação.

Uma nota final para vos dizer que estamos a avançar com os projectos de arquitectura e especialidades. Temos absoluta consciência da importância que a Educação tem para o futuro do nosso Concelho. E tudo faremos para que a actual situação seja radicalmente alterada.

E no fim, como dizia o Senhor Prof. Manuel António Coimbra há pouco, no fim, no final de tudo, faremos o balanço. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) [49](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [50](#)

Vogal Pires da Rosa (PS) [51](#) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Breves notas sobre o debate anterior e sobre as considerações do Presidente da Câmara. Para dizer o seguinte. O Senhor Presidente da Câmara, eu quase que não queria acreditar no argumento que estava a dizer sobre a possibilidade que guiou a Câmara ou que norteou a Câmara sobre a parceria pública privada! O Partido Socialista explicou claramente, trouxe o regulamento, leu o regulamento, explicou a tendência, explicou como é que as coisas funcionavam. A Câmara tinha obrigação de as conhecer. E na altura a bancada do PSD e a bancada do CDS, da posição, escudaram-se de alguma maneira incomodados em estar a aprovar esta parceria pública privada, apenas e só nas declarações do Senhor Vereador Pedro Ferreira (à época titular do pelouro e hoje também), que dizia, que as parcerias público privadas que eram aplicadas... começou por dizer numa primeira reunião, que não. Que não era assim. Que as parcerias público privadas também se podiam candidatar a financiamento. Depois trouxe o regulamento na reunião seguinte, e a posição já foi um bocadinho diferente mas sui generis, que seria expectável no futuro que seriam candidatáveis a financiamento.

E a questão óbvia é que, o Senhor Presidente da Câmara, diz que no primeiro regulamento realmente não constava. “Pasme-se”! Ele já sabia isso e nós trouxemos aqui o regulamento e lemos (pelo menos eu e o deputado Raúl Martins no mandato anterior) e lemos claramente e toda a gente ficou a saber. Não havia dúvidas para ninguém.

Não havia dúvidas para ninguém do dinheiro que havia disponível, e que se estava a perder. E alertámos várias vezes para as candidaturas que estavam a ser feitas por outros municípios — e que apareceram hoje aqui demonstradas. E que aqui apareceram hoje demonstradas como no caso de Ílhavo.

Tudo o que nós vimos hoje é da responsabilidade única e exclusivamente deste Executivo. Mas também é preciso que se diga, que a bancada do PSD e da bancada do CDS de então, votaram favoravelmente! Vá lá senhor deputado Manuel António Coimbra, não se exime da sua responsabilidade e assumo esse voto que pelos vistos continua a fazer valer a sua opinião! Ao menos é coerente.

Eu não quero classificar a sua opinião porque é a sua, não quero fazer um juízo de valor. Mas tenho pelo menos de lhe dizer que é uma posição do meu ponto de vista inaceitável! Porque, nem perante as evidências... Óh Senhor Deputado Manuel António Coimbra, e isto vale para todos os deputados do PSD, não vale tudo!? Não vale tudo na defesa dos interesses partidários.

A minha primeira intervenção foi num sentido completamente diferente, mais meiga, no sentido de o fazer entender para não hostilizar o debate em demasia. Porque o que estava aqui em causa não era um mero joguete partidário ou qualquer número que fosse protagonizado por um partido, como já assistimos aqui do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda. Era tão só uma coisa crucial para a evolução do município e que era preciso ter em atenção daquilo que se propunha. E que os considerandos foram pensados nesse esquema, mas haja paciência! Haja paciência, porque nem assim vocês vão lá! Nem assim! Continuam a insistir e o Senhor Presidente da Câmara disse uma coisa absolutamente excepcional que é, que o legislador não legislou bem!? O que dá a entender que as parcerias públicas privadas poderão vir a receber algum (ouvem-se vozes) e evidentemente que agora entram atrás dos outros municípios. Ah pois entram. Pois claramente que entram para o juízo de valor entrarão atrás do que é apenas só investimento público. Seguramente que se o município de Aveiro candidatasse dois projectos, para duas escolas diferentes, uma autonomamente e outra de uma parceria pública privada...(ouvem-se vozes). Eu gostava de dizer o seguinte em relação a esta matéria. O que me parece claro é que o dinheiro público terá primazia seguramente. E todos nós percebemos isso como é óbvio — em relação às parcerias públicas privadas é o que faz sentido. E agora, o que sucedeu foi que estivemos num impasse ou num atraso de três anos, que é tutelado, e sublinhado e ainda por cima aplaudido pela bancada do PSD, pela voz do seu líder — o que não pode deixar com que o PS exerça aqui algum protesto! Oh Prof. Manuel António Coimbra, o Senhor disse no final da sua intervenção, que em relação aos considerandos disse que não discordava de alguns. Depois não conseguiu explicar nenhum que não concordava. E depois sobre as recomendações propriamente ditas disse que eram inconsequentes. Mas não expressou contrariedade em relação a nenhuma delas!? Devo presumir do que disse que pelo menos não vai votar contra! Pelo menos não vai votar contra.

Depois da intervenção que fez aqui juro-lhe que estou com essa convicção. Estou com essa convicção.

E terminando Senhor Presidente, só para dizer sem qualquer joguete político, que a parceria pública privada é um erro crasso. Já custou três anos de atraso ao nosso município. Três anos de atraso ao município, que se reflecte nos números que o PS apresentou. A discussão que está aqui em causa é séria e é muito superior àquilo que

possam ser os interesses político partidários de qualquer uma das bancadas. O que está em causa é o superior interesse do município.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [52](#)

Vogal Paulo de Jesus (PS) [53](#)

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira [54](#)

“Boa noite, Senhores deputados. Peço desculpa pelo atraso em relação à Sessão; estive com certeza em representação da Câmara, portanto acho que estive em funções.

Queriam-vos transmitir duas ideias que acho que todos nós temos e que descobrimos em 2010. As Parcerias Público Privadas são todas más? O Estado gasta uma pipa de dinheiro, julgando ali pelas ideias do senhor deputado do Bloco de Esquerda. Vamos gastar quarenta e oito mil milhões de euros, portanto está tudo mal, não se devia fazer Parcerias Público Privadas. O Estado deve gastar tudo sozinho! Esta ideia não é só defendida pelo Bloco de Esquerda, foi aqui também defendida pelo Partido Socialista.

Recordo-vos que em Portugal, as parcerias público privadas têm neste momento mais de cem anos. Bastante mais de cem anos. E o primeiro exemplo, que ainda hoje é o exemplo se calhar mais feliz é o exemplo da EPAL, que todos vocês sabem que foi uma parceria público privada que durou cem anos e que foi com certeza muito má durante cem anos. Os municípios de Lisboa receberam água todos os dias; ainda hoje é a água mais barata do país; é portanto com certeza que as parcerias público privadas são todas muito más e todos temos essa noção.

Portanto, esta é apenas a consideração que eu acho que deve ser feita e que tenho a certeza que o Partido Socialista nisto, está isolado em relação ao resto do seu Partido a nível nacional.

Gostava também de vos dizer que, alguns investimentos que foram aqui enunciados como investimentos de tijolo, foram investimentos da Administração Central, não foram investimentos da Administração Local! Alguns, não todos. Alguns foram da Administração Local, sempre o assumimos.

Quando falámos daqueles valores que o Senhor Presidente apresentou, são valores de Investimento Capital, não Corrente.

Quanto aos reajustamentos da Carta Educativa. Vamos lá ver se nos percebemos aqui todos um bocadinho. O que é que o Partido Socialista quer? Quer reajustamentos à Carta Educativa? Ou quer rever (é assim que vocês dizem) a Carta Educativa? Estamos a falar de coisas diferentes. Que ajustamentos são feitos? Até porque a rede é dinâmica e como vocês tem especialistas, sabem perfeitamente que a rede é dinâmica e os reajustamentos são feitos todos os anos.

Portanto dizer-vos o seguinte: há três anos que o Ministério da Educação tem a nossa Carta Educativa. Há um e meio que tem uma carta nossa a falar, especificamente, até das novas indicações que saíram este ano, sobre aquilo que são os agrupamentos ou os mega agrupamentos como agora se chamam (desde os jardins de infância até ao décimo segundo — isto só obrigatoriamente implica revisões de Cartas Educativas.

Queriam concluir, porque penso que a Educação — eu tenho feito algum esforço para não falar, inclusivamente não responder a membros da Assembleia, que não devem em qualquer momento algum atacar um órgão político, mas fazem-no com certeza, pensando que estão a agir no melhor interesse partidário.

Mas tenho que vos dizer isto: a Carta Educativa será revista com os Censos de 2011. Mas também será revista com as novas indicações do Ministério da Educação, nomeadamente em relação aos agrupamentos verticais que irão existir, desde os Jardins de Infância até

ao décimo segundo ano. É essa a nossa intenção. O Ministério da Educação tem as nossas intenções há mais de um ano e meio sobre este assunto. Muito obrigado.”

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa⁵⁵ colocou à votação o ponto 1 da proposta de recomendação apresentada pelo Partido Socialista, sendo a mesma rejeitada, com catorze votos a favor (PS11+BE2+PCP1), e vinte e seis votos contra (PSD18+CDS7+IND1).

De seguida, o Presidente da Mesa⁵⁶ colocou à votação o ponto 2 da proposta de recomendação apresentada pelo Partido Socialista, sendo a mesma rejeitada, com catorze votos a favor (PS11+BE2+PCP1) e vinte e seis votos contra (PSD18+CDS7+IND1).

Continuando, o Presidente da Mesa⁵⁷ colocou à votação o ponto 3 da proposta de recomendação apresentada pelo Partido Socialista, sendo a mesma aprovada por maioria, com catorze votos a favor (PS11+BE2+PCP1) e vinte e seis abstenções (PSD18+CDS7+IND1).

Finalmente, o Presidente da Mesa⁵⁸ colocou à votação o ponto 4 da proposta de recomendação apresentada pelo Partido Socialista, sendo a mesma rejeitada, com catorze votos a favor (PS11+BE2+PCP1), e vinte e seis votos contra (PSD18+CDS7+IND1).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal João Pedro Dias (BE) ⁰⁵⁹

“O Bloco de Esquerda votou a favor de todas as propostas, nomeadamente da recomendação do fim da Parceria Público Privada, relembrando, a propósito das últimas declarações do Vereador responsável pelo pelouro da Educação, que a Parque Escolar é uma empresa pública, com capitais maioritariamente públicos, e essa faz toda a diferença com a sociedade que querem criar que tem capitais maioritariamente privados ou seja, quem manda é o privado.”

Vogal Maria Inês Mineiro (CDS/PP) ⁰⁶⁰

“Votámos contra esta proposta de recomendação do PS, por considerarmos que há uma contradição nos seus fundamentos e por ser expressão de demagogia política e de despesismo.

Em primeiro lugar esta proposta ignora que o Governo não dotou as Câmaras nomeadamente a nossa de Aveiro, dos fundos necessários à sua Carta Educativa e aos seus objectivos.

Em segundo consideramos que esta proposta não é exequível já que esquece a política do actual Governo do encerramento obsessivo das escolas do nosso concelho e as restantes, atacando as conquistas sociais na área da Educação em trinta anos de democracia. Abstivemo-nos na terceira alínea por não estarmos em desacordo com ela.”

Vogal Paulo de Jesus (PS) ⁰⁶¹

“O Partido Socialista regista a inviabilização de três das suas propostas de recomendação por parte da maioria, com enorme tristeza. Sobretudo depois de no decorrer do seu debate não ter sido citado um único argumento tecnicamente sustentado de discordância com as quatro propostas de recomendação. Fica bem espelhado o espírito da maioria de apenas

querer bloquear uma proposta de PS, tecnicamente sustentada, sobre uma questão estratégica para o concelho de Aveiro. Fica a nota da maioria de que “faremos o balanço no fim”.

A maioria fica mais uma vez responsabilizada pelo que poderá acontecer nesta matéria. Cá estaremos para lembrar.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [062](#)

“A bancada do PSD votou contra esta proposta do Partido Socialista, mas gostava de realçar o salutar debate que aqui se realizou a propósito da Educação no Concelho de Aveiro e da constituição da Carta Educativa e da sua revisão. Mas não pode de maneira nenhuma subscrever e reduzir as hipóteses do município de Aveiro de buscar outros financiamentos para que a concretização da Carta Educativa sejam um facto. E não pode de maneira nenhuma compreender que se estipulem prazos demasiados curtos que nós sabemos que não são exequíveis com a realidade e também, não está de acordo com uma Comissão de acompanhamento nesta altura da Carta Educativa, atendendo a que a Carta Educativa irá ser revista pela Câmara Municipal de Aveiro e a Assembleia Municipal se irá pronunciar oportunamente. De toda maneira o Partido Social Democrata realça que se absteve e por isso viabilizou a recomendação que o Partido Socialista faz de que a Câmara candidate ao QREN os Centros Educativos que estejam em condições para o fazer, apesar de achar que é redundante esta recomendação. Muito Obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa[063](#), nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada[064](#) a Sessão Ordinária de Setembro de 2010.

Eram 24:00 horas, do dia 12 de Outubro de 2010.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)